

Crise leva hospitais privados a se desligar do Sistema Único de Saúde

Para representantes do setor, decisão se deve aos baixos preços pagos pelos serviços

ROLDÃO O. ARRUDA

Arrastada crise do Sistema Único de Saúde (SUS) está causando mudanças acentuadas no perfil da rede de atendimento hospitalar. O sinal mais evidente disso é o encolhimento no número de hospitais privados que mantêm convênios com o SUS.

Na Zona Oeste da cidade de São Paulo, onde ficam os bairros de Pinheiros e Lapa, existiam na virada da década oito hospitais particulares com leitos reservados para a rede pública. Hoje só resta um. No ABC paulista a mudança foi além. Segundo informações da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaess), naquela região já não existem hospitais particulares com convênio com o SUS.

A situação se repete em quase todas as áreas. Em 1985, segundo a Fundação Nacional de Saúde, o sistema público contratou 2,3 milhões de internações hospitalares na rede privada do Estado de São Paulo. Em 95, o número havia baixado para cerca de 480 mil.

Representantes do setor privado afirmam que a mudança está ligada aos baixos preços pagos pelo SUS à rede privada, além de atrasos nos pagamentos. "Os empresários do setor estão cansados de ter prejuízos nas relações com o governo", diz o presidente da Fenaess, Ubiratan Dellape.

MENOS LEITOS OCUPADOS

Números de Autorizações de Internação Hospitalar dadas pelo SUS a hospitais contratados no Estado

1985 2.372.481

1990 783.309

1995 479.416

Fonte: FNS/ Datasus

No setor público, o afastamento dos hospitais privados é visto de maneira mais positiva. Poderia indicar, entre outras coisas, o melhor aproveitamento do dinheiro público. "O governo está sendo mais criterioso na hora de autorizar internações hospitalares", afirma a coordenadora de saúde da região metropolitana de São Paulo, Ana Maria Malik. "Por outro lado, estamos incentivando internações em hospitais públicos que eram subutilizados."

Por uma razão ou por outra, tudo indica que a mudança, que se acentuou do final da década de 80 para cá, ainda não terminou. Na semana passada, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, anunciou sua intenção de se desligar do SUS e chegou a suspender provisoriamente o convênio. A notícia repercutiu de maneira intensa nos meios especializados, porque aquela instituição era apontada como um dos melho-

res exemplos de que era possível trabalhar com o governo.

A Santa Casa de Porto Alegre é um hospital de grande porte, com 1.250 leitos, dos quais 80% são reservados para o SUS. Tem uma das maiores UTIs do País, com 128 lugares, e realiza 60 mil consultas por mês. Até agora era elogiada entre especialistas por trabalhar com um sistema de administração moderno, que conta com apurados sistemas de controle de qualidade, e por conseguir utilizar recursos da comunidade para seus projetos. Mesmo assim, a instituição pediu água.

Segundo o diretor-geral da Santa Casa, João Polanczyk, tornou-se impossível trabalhar com o SUS. Ele afirma que o governo paga os hospitais com uma tabela de preços que data de julho de 1984. "Ignora-se o fato de ter sido registrada nesse período uma inflação de 96%", diz ele. O pior, porém, é

que o governo não estaria pagando o que deve. "A dívida com a Santa Casa chega a R\$ 7 milhões."

Na opinião de Polanczyk, um dos erros do atual governo foi concentrar seus esforços na discussão de um novo imposto financeiro, a CPMF.

"Nesse processo, instituições que funcionavam bem foram deixadas de lado e hoje enfrentam dificuldades extremas." Em Porto Alegre, o governo busca alternativas para evitar a crise que poderá surgir, caso os mil leitos destinados pela Santa Casa ao SUS sejam definitivamente suspensos.

POLANCZYK:
'É IMPOSSÍVEL
TRABALHAR
COM O SUS'